

**ANÁFORA:  
DA ABORDAGEM CLÁSSICA  
À ABORDAGEM DISCURSIVA**

*Rachel Maria Campos Menezes de Moraes (UFF)*  
[rachel\\_maria\\_moraes@yahoo.com.br](mailto:rachel_maria_moraes@yahoo.com.br)

**1. Introdução**

Neste trabalho, faz-se um panorama histórico sobre o estudo das anáforas, que se inicia na abordagem clássica (anos 1970) e segue até a abordagem discursiva (anos 2000). Para tanto, baseamos-nos em diversos trabalhos a respeito de referência e de anáfora, como em Araújo (2004), Koch (2002), Marcuschi (2005) entre outros. Nota-se, com base nesse panorama, que as ideias e os pensamentos sobre referência modificam-se de acordo com o tempo e com a escola filosófica e linguística à qual se relacionam. Deste modo, para que seja compreensível observar os avanços no estudo das anáforas, faz-se necessário que se desenvolva um panorama da própria teoria da referência e das ideias de alguns filósofos e linguistas, que, de acordo com seu tempo e com a escola ou linha a que se vinculavam, propuseram diferentes explicações para a teoria da referência ou da referência. Dentre elas, destacam-se as ideias de Saussure, segundo o qual os referentes não se relacionam diretamente aos signos linguísticos a que se referem. Também será discutida a ideia do “espelho”, exposta em Mondada e Dubois (2003), segundo a qual os referentes refletem a realidade concreta, ou seja, para se falar de uma coisa, seria necessário que ela pertencesse, necessariamente, à realidade. Será discutida, finalmente, a abordagem discursiva da referência (KOCH, 2002), segundo a qual os referentes não fazem, necessariamente, parte da realidade concreta, mas de uma realidade discursiva, isto é, construída no e pelo discurso.

**2. Referência: Abordagem clássica**

A linguagem foi, em todos os tempos, uma das grandes preocupações do ser humano. Até o século XIX, contudo, não havia uma

ciência que estudasse separadamente a linguagem, ficando, desta forma, este estudo vinculado à filosofia.

Dentre as questões propostas pelos filósofos, inseriam-se questões a respeito do significado, da realidade, de proposições e até mesmo da referência. Já no século I a. C. os estoicos elaboraram uma teoria a respeito da linguagem.

Segundo Araújo (2004, p. 19-20), para eles,

A razão recebe as ideias mediante as sensações, a memória e a experiência. Daí nascem os conceitos. A representação, sendo intelecção pela qual se reconhece a verdade das coisas, permite que haja assentimento, compreensão e pensamento. O pensamento é enunciativo, exprime com palavras o material recebido da representação, que são as proposições completas em si, podendo ser verdadeiras ou falsas porque dizem algo sobre o que foi expresso. No processo de significação, há três elementos: o significado, o signo e a coisa, que pode ser uma entidade física, uma ação, um acontecimento.

Os estoicos já distinguiam, portanto, entre expressão, conteúdo e referente. Sua análise distinguiu, ainda, sons produzidos fisiologicamente de sons articulados, isto é, a palavra que precisa de um correlato para subsistir.

A distinção entre expressão, conteúdo e coisa, como observa Eco (1991, p. 39) já tinha sido aventada por Platão e Aristóteles. Os estoicos, todavia, elaboraram o problema da linguagem: é possível ouvir um som produzido pela voz humana e não compreendê-lo como querendo dizer algo. Desta forma, para os estoicos, só se diz algo, só há palavra, se houver um conteúdo de caráter não sensível, incorpóreo, ente da razão. O dizível, que pertence a essa categoria, pode ser aproximado à noção de proposição. As palavras que a compõem são os significados. As partes da proposição (sujeito e predicado) são entendidas como conteúdos, unidades culturais. Nota-se, entre os estoicos, referência ao que, mais tarde, seria chamado de teoria da referência e, no século XX, de teoria da referenciação. Para eles, o valor de um signo depende da relação deste signo com um fato anterior.

Merece destaque, também, a contribuição de Agostinho (354-430) para uma teoria do signo e sua relação com a realidade.

Segundo Araújo (*op. cit.*, p. 21),

Na obra *De Magistro*, ele considera que falar é exteriorizar “o sinal de sua vontade por meio da articulação do som”. A linguagem serve para ensinar ou recordar, serve também para a fala interior, que é o pensamento de palavras aderidas à memória. Este processo traz à mente as próprias coisas. As palavras são sinais dessas coisas. Contudo, há palavras que [apesar de serem sinais], nada significam, [como, por exemplo, as conjunções e preposições, já que não remetem a coisa alguma] (ARAÚJO, 2004, p. 21).

Agostinho afirma que, quando não for possível indicar o significado das palavras abstratas apontando para algo, este sinal deve ser interpretado por meio de outro sinal, como um gesto, por exemplo. Se alguém, por outro lado, não conhecer o sinal, ele poderá ser explicado pela ação correspondente. Se, ainda assim o sinal não for compreendido, acrescentam-se mais sinais. Segundo Agostinho, são considerados sinais gestos, palavras ou letras. As palavras, por sua vez, são sinais verbais que remetem a outros sinais, o que demonstra haver, por parte de Agostinho, conhecimento a respeito do que, mais tarde, será explicado como teoria da referência.

As orações, segundo ele, se compõem de nomes e a presença de verbo assegura tratar-se de uma proposição. Faz-se necessário ressaltar que a palavra resulta da verbalização, enquanto o nome se relaciona ao que o espírito conhece ou compreende. Para memorizar, portanto, se pergunta o nome de algo e não a palavra utilizada para nomear. Agostinho esboça, desta forma, o problema da nomeação.

Vale destacar que, para Agostinho (1979, *apud* ARAÚJO, 2004, p. 21-22),

O significado se esvazia se não houver referente, conteúdo, coisa significada, tanto que conhecer as coisas é preferível que conhecer os sinais correspondentes; falar é valioso porque possibilita [...] usar os sinais no discurso. Apesar de a maioria das coisas depender do sinal para ser transmitida e ensinada, o conhecimento resultante é mais valioso do que os sinais. [...] (AGOSTINHO, 1979)

Agostinho não leva em conta que a ação esteja carregada de sentido. Desta forma, fatos e objetos, para ele, não são fonte de conhecimento. Deste modo, o conhecimento não vem das palavras que significam os objetos, mas dos próprios objetos.

Agostinho ressalta que a palavra não se torna sinal pelo fato de se aprender seu significado, mas pelo fato de se aprender ao que ela se refere, sua denotação. Na primeira vez que é ouvido, o som,

segundo ele, não é compreendido como sinal. Deste modo, o sinal é aprendido somente ao se fazer remissão a algo.

O nominalismo, do qual Quine foi um dos maiores defensores, também merece destaque. Para este estudioso, “[...] os conceitos referem não pela relação com as coisas, mas devido a certas relações que as classes estabelecem. [...]”

A teoria de Saussure (1852-1913), considerado o pai da linguística e do estruturalismo, também merece destaque.

Para Saussure, não há relação direta entre os signos linguísticos e os referentes aos quais se referem estes signos.

Para este estudioso, as questões que envolvem a referência não fazem parte da linguística, já que a linguística, que, segundo ele, estuda somente a *langue*, se ocupa somente de relações intrassignificas. Desta forma, a referência é vista como uma relação extralinguística.

Finalmente, na abordagem clássica da referência, ainda merece destaque a teoria do “espelho”, exposta por Mondada e Dubois (2003). Segundo esta teoria, os referentes pertencem, necessariamente, à realidade concreta e atuam como um “espelho” que reflete esta realidade. Deste modo, é possível fazer referência, somente, ao que existe na realidade concreta e, portanto, no mundo real.

A este respeito, afirmam Mondada e Dubois (*op. cit.*, p. 18):

[...] As respostas a respeito das questões de como a língua refere o mundo são diferentes, de acordo com os diversos quadros conceituais. A maior parte delas, porém, pressupõe ou visa uma relação de correspondência entre as palavras e as coisas, correspondência dada, preexistente e perdida. [...] Esta perspectiva se exprime através das metáforas do espelho e do reflexo e, mais recentemente, do “mapeamento” (*mapping matching*), que se referem todas a uma concepção especular do saber e do discurso, considerada como uma representação adequada da realidade. (RORTY, 1980 *apud* MONDADA; DUBOIS, 2003)

Segundo Menezes (2009, p. 37), “[...] a trajetória do pensamento sobre referência é acompanhada pelo dilema das dicotomias, o que de alguma forma também ocorre com as trajetórias de concepção de outros fenômenos de linguagem.” Ainda segundo a autora, no que diz respeito aos estudos sobre este assunto, há uma noção objetivista de referência, que enfatiza a relação língua e realidade concreta, ver-

sus uma noção subjetivista, que focaliza a relação língua e pensamento. Há ainda outra dicotomia, representada por uma concepção de estabilidade referencial, que corresponderia ao estado das coisas no mundo, versus uma concepção de desestabilidade generalizada, que impediria qualquer possibilidade de apreensão.

Neste item, foram apresentadas as teorias mais importantes para a abordagem clássica da referência, representadas pelos estudos de Agostinho, Quine, Saussure e Mondada e Dubois.

### **3. *Referência e anáfora***

Há diversas formas de se fazer referência a algo. Estas formas, assim como todo o estudo linguístico, modificaram-se através do tempo e de acordo com a escola a que pertenciam seus autores. Os procedimentos responsáveis por introduzir e manter a referência em determinado texto (seja ele oral ou escrito) são denominados estratégias de referência e, mais recentemente, estratégias de progressão referencial.

Uma das estratégias de progressão referencial muito utilizada é a anáfora.

Neste item, será discutida a abordagem clássica desta estratégia de progressão referencial. Será estudado, em particular, o que hoje se denomina anáfora direta, e dentro deste grupo, as anáforas por repetição e anáforas por elipse ou anáfora zero.

Segundo Marcuschi (2005, p. 54), “originalmente, o termo anáfora, na retórica clássica, indicava a repetição de uma expressão ou de um sintagma no início de uma frase”.

Nos anos 1970, período em que se estudava a abordagem clássica da anáfora, esta estratégia de progressão referencial era entendida como sinônimo de uma simples retomada de um referente anteriormente explícito no texto. Deste modo, um dos tipos de anáfora mais comuns era a anáfora por repetição (normalmente representada por pronomes pessoais do caso reto e do caso oblíquo) que consistia em nada mais que uma simples retomada de um referente atestado anteriormente e, portanto, já explícito. A anáfora é, deste modo, compreendida, na abordagem clássica, como um processo de reativa-

ção de referentes prévios. A anáfora estabelece, além disso, uma relação de correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente. A anáfora direta, neste caso, atuaria como uma espécie de substituto do elemento retomado.

Segundo Marcuschi (*op. cit.*, p. 55),

[A] visão clássica e linear da anáfora não considera o problema da referenciação textual em toda sua complexidade, pois nem sempre há congruência morfossintática entre a anáfora e seu antecedente; nem toda anáfora recebe uma interpretação no contexto de uma atividade de simples atribuição de referente. (MARCUSCHI, 2005, p. 55)

O autor afirma que o caso da anáfora correferencial não é paradigmático das anáforas em geral e que o pronome, ao contrário do que se postulava na época, não é uma classe de palavras tipicamente anafórica, já que, para este estudioso, não existe uma classe de palavras funcionalmente anafórica. A anáfora é, portanto, em sua essência, um fenômeno de semântica textual de natureza referencial e não de clonagem referencial.

Merece destaque, ainda a respeito da abordagem clássica da anáfora, o estudo feito por Halliday e Hasan, na década de 1970, a respeito das anáforas por elipse. Segundo Halliday e Hasan (1976, *apud* KOCH, 2002), “a referência da elipse ou anáfora zero é possível de ser construída em contextos de correferência”.

#### **4. Referenciação e anáfora: Abordagem discursiva**

Neste item, estuda-se a abordagem discursiva da referenciação e, conseqüentemente da anáfora, defendida, atualmente, por diversos linguistas, como Ingedore Koch, Luiz Antônio Marcuschi e outros.

De acordo com esta abordagem, a referenciação é vista como uma atividade discursiva e cognitiva, isto é, uma atividade construída no e pelo discurso. Os referentes, deste modo, não são entidades congeladas, mas uma instância de referencialidade efêmera. Para Koch,

[...] a referenciação é uma atividade discursiva [...] pressuposto este que implica uma visão não referencial da língua e da linguagem, uma posição

também defendida por Mondada (1995, 278) e [outros] [...]. (KOCH, 2002, p. 79).

Diversos autores, como mencionado acima, compartilham, atualmente, a visão da referenciação como uma atividade discursiva e cognitiva, defendida em Koch, (2002, p. 79).

#### Segundo Marcuschi,

Tudo indica que o melhor caminho não é analisar como representamos, o que representamos, nem como é o mundo ou a língua e sim que processos estão envolvidos na atividade de referenciação em que a língua está envolvida. Não vamos analisar se o mundo está ou não discretizado nem se a língua é um conjunto de etiquetas ou não. Vamos partir da ideia de que o mundo e o nosso discurso são constantemente estabilizados num processo dinâmico levado a efeito por sujeitos sociocognitivos e não sujeitos individuais e isolados diante de um mundo pronto (MARCUSCHI, 2004 *apud* CAVALCANTI, 2005, p. 125).

Assim como as ideias sobre referenciação passaram de uma abordagem clássica a uma abordagem discursiva, ocorreu, com o conceito de anáfora, a mesma modificação.

A anáfora, na atualidade (anos 2000), é entendida discursivamente e não mais como repetição de palavras ou de expressões. Tal entendimento possibilita a ampliação do conceito de anáfora, assim como das ideias a respeito de referência e referenciação, em geral.

#### Segundo Marcuschi (*op. cit.*, p. 55)

[...] hoje, na acepção técnica, [o conceito de anáfora] anda longe da noção original [...] [Este] termo é usado para designar expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo assim para a continuidade tópica e referencial. (MARCUSCHI, 2005, p. 55)

Ocorre, na abordagem discursiva da anáfora, a divisão desta estratégia de progressão referencial em diversos tipos de anáfora, que apresentam características divergentes entre si.

Dentre estes, destaca-se o que Marcuschi (2005) denomina anáfora indireta.

#### Segundo o autor,

[...] [a anáfora indireta] é geralmente constituída por expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes interpretados referencialmente

sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto. (MARCUSCHI, 2005, p. 53)

Desta forma, pode-se afirmar que a anáfora indireta (AI) trata-se de uma estratégia endofórica de ativação de referentes novos e não de reativação de referentes tratando-se, portanto, de uma estratégia de progressão referencial implícita.

Dentre as características das AI, destaca-se o fato de este tipo de anáfora não reativar referentes, porém ativar referentes implícitos no texto e se ancorar no universo extratextual (cotexto).

Pode-se afirmar ainda, que a anáfora, na abordagem discursiva, possibilita, em muitos casos, a recategorização de referentes.

A recategorização, uma estratégia própria da progressão referencial, pode ser compreendida como a reativação de um objeto anteriormente ativado na realidade discursiva.

Segundo Neves (2006, p. 114), “[...] o objeto pode não ter sido configurado apenas discursivamente, e, desse modo, pode já ter recebido uma designação no texto”. Ainda segundo a autora, ele pode já ter sido nomeado (categorizado) e, nesse caso, ocorre uma recategorização.

Para exemplificar a abordagem discursiva da anáfora, será utilizado um trecho de uma crônica de Moacyr Skliar, publicada no jornal Folha de São Paulo, em 27 de setembro de 2010.

#### **Duras na Queda**

Moacyr Skliar

JÁ NOS PRIMEIROS ENCONTROS, três coisas nela o impressionaram: a beleza, a inteligência e, detalhe surpreendente, a força com que ela o abraçava. Jamais ele havia sido abraçado com tamanha energia. Depois de muito hesitar, ele acabou manifestando sua admiração e perguntando-lhe a respeito: qual a explicação para aquele vigor, para aquela esplêndida forma física? Ela riu, revelou algo sobre o qual até então não tinham falado: Eu sou judoca. [...]

.....

Neste trecho da crônica “Duras na Queda”, é possível perceber o uso de anáforas diretas e indiretas, de acordo com a abordagem discursiva desta estratégia de progressão referencial. Nesta crônica, ocorre, em primeiro lugar, a ativação dos referentes: na primeira fra-



se do texto, a contração “nela” faz menção ao referente que, a partir do pronome “ela” pode ser identificado como “namorada” e o pronome oblíquo “o”, em “**o** impressionaram”, faz menção ao referente que pode ser identificado como “namorado”. Tanto a contração quanto o pronome oblíquo acima, que se ancoram na expressão “já nos primeiros encontros”, são exemplos de anáfora indireta, pois, para serem compreendidos, é necessário que o leitor faça inferência, isto é, que, através do contexto e do seu próprio conhecimento de mundo, ele infira que o encontro do qual trata a crônica é um encontro de namorados e, a partir disto, que “nela” se refere à “namorada” e “o” se refere ao “namorado”. Ainda nesta frase, no trecho “a força com que **ela** o abraçava”, ocorrem dois exemplos de anáfora, pois tanto “ela” que se refere à namorada como “o” que se refere ao “namorado” foram anteriormente explícitos no texto. Na passagem em estudo, em “**ela** o abraçava”, o pronome “ela” é correferencial ao pronome da contração “nela” e o pronome “o” é correferencial ao pronome “o” em “o impressionaram”.

Correferenciais são dois itens de formas diferentes ou iguais, que ativam o mesmo referente. Em muitos casos há correferência com recategorização. Quando se trata de formas pronominais, contudo, em geral não há recategorização.

No decorrer da crônica, estes mesmos referentes são reativados, na maioria das vezes por anáforas também correferenciais, representadas por pronomes de terceira pessoa (do caso reto: ele, ela) e oblíquo: lhe, lhes, (o, a).

Também ocorrem, nesta crônica, anáforas por elipse (marcadas pela desinência verbal, como em “revelou”, que indica a terceira pessoa do singular e se refere à “namorada”). A partir destes exemplos, é possível destacar que, na abordagem discursiva da anáfora, de modo inverso ao que ocorria na abordagem clássica, o discurso e, por sua vez, o contexto, tornam-se imprescindíveis para a compreensão desta estratégia de progressão referencial. Pode-se notar este fato em todos os tipos de anáfora, tanto na anáfora indireta que, para que seja compreendida necessita de que algum elemento a “ancore” no texto e, portanto, requer que o leitor faça inferências, quanto na anáfora direta, ou simplesmente anáfora, que, apesar de não necessitar

de uma “âncora”, necessita do contexto para ser compreendida com eficácia.

Deste modo, nota-se que, na abordagem discursiva da anáfora, o contexto exerce função essencial no que diz respeito à construção dos referentes ativados ou reativados.

## 5. *Conclusão*

Neste trabalho, fez-se um panorama histórico dos estudos sobre anáfora que teve início na abordagem clássica (anos 1970) e término na abordagem discursiva (anos 2000). Como a anáfora é uma estratégia de progressão referencial, fez-se necessário, com o intuito de facilitar a compreensão das mudanças na abordagem das anáforas, se fazer uma revisão a respeito dos estudos sobre referência e referencialização, na qual se tentou demonstrar visões de diferentes estudiosos, de épocas diversas e ligados a diferentes escolas filosóficas e linguísticas a respeito destes temas.

Dentre elas, destaca-se a teoria de Saussure, segundo a qual os referentes não se relacionam diretamente aos signos linguísticos a que se referem. Mostrou-se também a teoria do “espelho” exposta em Mondada e Dubois (2003), segundo a qual os referentes pertencem, necessariamente, à realidade concreta e refletem esta realidade.

A respeito da abordagem discursiva da referencialização, vale destacar a teoria defendida por Koch (2002), segundo a qual os referentes não fazem, necessariamente, parte da realidade concreta, mas são construídos e reconstruídos em uma realidade discursiva, ou seja, uma realidade construída no e pelo discurso. Para se fazer o panorama citado acima, foram consultados diversos trabalhos como Koch (2002), Araújo (2004), Marcuschi (2005), Mondada e Dubois (2003), entre outros.

Desta forma, traçou-se um panorama a respeito dos estudos de referencialização e de anáfora, com o objetivo de estudar a evolução dos conceitos e das teorias através do tempo, possibilitando mostrar que o procedimento anafórico é muito mais complexo do que uma mera retomada de um termo antecedente, e que, na nova visão, a a-

náfora compreende fatores semânticos e pragmáticos da produção textual.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola, 2004.

CAVALCANTI, Mônica. Anáfora e dêixis: Quando as retas se encontram. In: KOCH, I. *et al. Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore G. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A. Anáfora indireta: O barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. *et al. Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

MENEZES, Vanda Maria Cardozo de. Da referência à referenciação. In: *XII CNLF*, 2009, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CEFIL, 2009, v. 12, p. 37-44.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTI, M. *et al. (Org.) Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

SCLIAR, M. Duras na queda. In: *Folha de São Paulo*. 27 de setembro de 2010, São Paulo: Folha Press, 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/inde27092010.htm>. Consulta em: 01/10/2010.